



Resoluções do Seminário de Direção do SEPE/RJ com Núcleos e Regionais

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2019

CONJUNTURA NACIONAL E PLANO DE LUTAS

(1) Conjuntura Política: As primeiras medidas do governo federal, sob a chefia do presidente Jair Messias Bolsonaro, preocupam a todos/as que militam em diferentes áreas sociais. A sua eleição impôs uma nova conjuntura política e a necessidade da classe trabalhadora resistir e derrotar seu projeto de destruição do país. Como já era esperado, em apenas duas semanas de governo, com apoio dos empresários e latifundiários, Bolsonaro e sua equipe já desferiram uma série de ataques aos trabalhadores:

⇒ A divulgação de um salário mínimo abaixo do reajuste estipulado, levando a uma desvalorização ainda maior do poder de compra da maioria da população brasileira;

⇒ A extinção do Ministério do Trabalho e Emprego, com claro propósito de avançar na desregulamentação dos direitos trabalhistas em benefício dos patrões, com o agravamento da situação caso se confirme a intenção governamental de propor o fim da Justiça do Trabalho;

⇒ A responsabilidade do Ministério da Justiça e Segurança Pública com os assuntos relacionados ao movimento sindical, regredindo em mais de século a prática estatal que submetia a organização dos trabalhadores brasileiros à força coercitiva do Estado;

⇒ A exclusão dos LGBTs das políticas públicas (eram citados anteriormente nas políticas de Direitos Humanos);

⇒ A junção dos Ministérios da Economia, do Planejamento, da Previdência e da Indústria e Comércio, sob a tutela de um dos maiores capitalistas nacionais, o Ministro Paulo Guedes, com a finalidade de agilizar os processos de privatizações das riquezas naturais (água, petróleo, minérios), de empresas públicas (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Petrobras, Eletrobrás) e dos regimes previdenciários estatais. Também compete a Guedes aprofundar a reforma administrativa do Estado, sob a égide do neoliberalismo ultraliberal (Estado Mínimo), e priorizar parcerias comerciais nem sempre pautadas em “vantagens comparativas” para o país;

⇒ A divulgação das pretensões de uma reforma da Previdência mais cruel do que aquela apresentada por Temer: privilegia os bancos, as empresas e o agronegócio e ataca violentamente a classe trabalhadora com a retirada de direitos, o aumento do limite de idade para se aposentar e diminuição de valores, além da política de capitalização das aposentadorias;

⇒ O serviço da Funai (Fundação Nacional do Índio) perde autonomia e passa a ser subordinado ao Ministério da Agricultura, comandado pelos ruralistas, ficando agora impedida de demarcar as áreas indígenas;

⇒ Saída do Brasil do Pacto Global de Migração da ONU, retrocesso que significa um violento ataque aos imigrantes;

⇒ Ameaças sistemáticas à ruptura com o Pacto de Paris que, se viabilizado, também significará um enorme retrocesso para a questão ambiental.

Consideramos que, no geral, a resolução de conjuntura aprovada no último Conselho Deliberativo do SEPE/RJ segue vigente, atualizando-a com dados do cenário após a posse de Bolsonaro. É necessário iniciar o ano de 2019 armando a nossa categoria e nosso sindicato para responder a altura desses novos desafios. Por isso defendemos o seguinte Plano de Lutas:

- 1) Construir a máxima unidade de ação para barrar a reforma da previdência de Bolsonaro.
- 2) Que o Sepe participe enviando uma delegação de 6 diretores do Sepe Central na grande plenária chamada pelas centrais sindicais no dia 20 de fevereiro.
- 3) Que o Sepe participe da reunião do Fórum Sindical, popular e de juventudes de luta, pelos direitos e liberdades democráticas em São Paulo dia 19/02
- 4) Além da máxima unidade de ação na luta contra a reforma da previdência, a classe trabalhadora e suas entidades e movimentos necessitam construir uma Frente Única da classe para enfrentar os ataques do novo governo. Que o Sepe defenda a criação de um Fórum Nacional de Lutas na grande Plenária das centrais no dia 20/02 com um programa mínimo que possua os seguintes eixos de intervenção:



- Contra a Reforma da Previdência e o ataque aos direitos dos trabalhadores;
- Garantia da paridade e integralidade e do calendário de pagamento para aposentados;
- Contra as Privatizações! Em defesa das estatais e da soberania nacional!
- Contra a Reforma Trabalhista, a PEC 300 e o fim da justiça do trabalho;
- Defesa dos povos indígenas, quilombolas e camponeses e da luta a favor da Demarcação das terras, Titulação e Reforma Agrária;
- Plano emergencial de geração de empregos com garantia de direitos e salário digno;
- Contra toda a forma de opressão, discriminação e exploração! Basta de Racismo, LGBTfobia, xenofobia, machismo;
- Basta de violência e feminicídio! Por emprego e mais investimentos em políticas públicas de combate a violência machista;
- Em defesa das liberdades democráticas, contra a criminalização das lutas e dos lutadores, contra a lei antiterrorismo;
- Em defesa dos serviços públicos e dos servidores;
- Apoio à luta contra os aumentos das tarifas de transporte;
- Em defesa de Escola Pública e Laica;
- Pela revogação imediata da Emenda Constitucional 95!
- Contra a política de militarização das escolas públicas, que ganhou status de subsecretaria na estrutura do MEC (Decreto 9.465, de 02.01.19), questionando-a judicialmente;
- Apoiar a denúncia judicial da CNTE em relação às agressões verbais do Sr. Murilo Resende Ferreira (Coordenador do ENEM/INEP/MEC) contra os/as professores/as brasileiros/as;
- Participar ativamente da luta contra a Lei da Mordada que, no dia 11/12/2018, conseguiu uma importante vitória no parlamento nacional, derrotando a proposta de Lei da Mordada (intitulada Escola sem Partido), apoiada pelo atual governo, que previa instituir mecanismos de censura nas escolas com punições aos educadores.

E que incorpore todas as demandas imediatas dos diversos setores de nossa classe.

5) O Sepe chame as centrais sindicais a construir uma plenária unitária Estadual para preparar e fortalecer a plenária Nacional do dia 20 em SP;

6) Participação no III COED e III ENE;

7) Como parte da política de máxima unidade das/os trabalhadoras/es, a participação do Sepe como observador no Conselho Nacional de Entidades da CNTE, dia 26/03/2019, reforça os laços de luta com as diversas entidades que representam os trabalhadores da educação básica pública no país. Essa participação deverá contar um relatório a ser amplamente divulgado para toda a categoria;

8) Como expressão da política reacionária no governo federal e em muitos governos estaduais e municipais, a ampliação dos casos de feminicídio no país é alarmante. Diante desse quadro dramático, o nosso sindicato deve realizar uma ampla campanha e participar ativamente da organização das atividades do dia 8 de março, definindo diretoras responsáveis por essa tarefa, e elaborando material de orientação para a categoria desenvolver suas atividades pedagógicas a partir do início do ano letivo;

9) Que o Sepe apresente a pauta de reivindicações, e pressione pela realização de uma audiência com o governador eleitor Wilson Witzel na rede estadual.

Calendário de Luta:

Janeiro

31/01 – Ato Nacional em defesa dos povos originários. Participar do ato no RJ que terá concentração na ALERJ às 14h.

Fevereiro

05/02 – Ato Nacional em defesa da Justiça do Trabalho.



06/02 – Dia do Luto da Educação (Política para dialogar com o conjunto da sociedade sobre os ataques a educação – Profissionais vestidos de preto)

19/02 – Reunião do Fórum Sindical, popular e de juventudes de luta, pelos direitos e liberdades democráticas, às 14h em São Paulo.

20/02 – Plenária Nacional Sindical e Popular em defesa da Previdência, das aposentadorias, direitos e Liberdades democráticas

Março de luta

08/03 – Dia internacional de luta da Mulher trabalhadora;

14/03 – Manifestações no dia do assassinato de Marielle;

28/03 – Atividades no dia do assassinato do estudante Edson Luís (1968)

(2) Resolução sobre o envolvimento da família Bolsonaro e da cúpula do governo em escândalos de corrupção e a indicação de Rodrigo Maia para a presidência da Câmara:

⇒ Considerando que menos de um mês após a posse, o governo Bolsonaro já está abalado por denúncias graves de corrupção, como o escândalo de depósitos na conta do Queiroz, as negociações de imóveis milionárias de Flávio Bolsonaro e a promoção do filho do vice-presidente Mourão no Banco do Brasil;

⇒ Que a crise motivada pelos movimentos “atípicos” na conta de Queiroz, assessor de Flávio Bolsonaro, se agravou após o caso parar no STF e o senador eleito tentar se esconder no foro privilegiado que tanto beneficia os políticos tradicionais e os corruptos;

⇒ Considerando que Flávio Bolsonaro empregou em seu gabinete a esposa e a mãe de um dos milicianos apontados como responsáveis pela execução de Marielle, membro do grupo de extermínio Escritório do Crime, que milicianos foram homenageados por Flávio Bolsonaro na ALERJ e que devemos denunciar esta relação entre a família Bolsonaro e a milícia responsável pelo assassinato de Marielle;

⇒ Considerando que Bolsonaro e o PSL decidiram apoiar a candidatura de Rodrigo Maia para a presidência da Câmara por mais um mandato para que este deputado comande a votação da Reforma da Previdência e outros ataques aos trabalhadores, e que Maia é o maior responsável no Congresso pela aprovação da PEC do teto dos gastos, da reforma trabalhista e da ampliação da terceirização durante o governo Temer;

⇒ Considerando que Bolsonaro e a bancada do PSL foram eleitos prometendo combater a corrupção e que diante dos escândalos de corrupção um setor da classe trabalhadora poderá romper com este setor de extrema direita, contribuindo para o crescimento da mobilização e a derrota do projeto do governo Bolsonaro;

O seminário de Direção do SEPE resolve:

1) Exigir investigação profunda sobre todos os casos de corrupção, sem seletividade! Pela imediata abertura dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Flávio Bolsonaro! Punição e confisco dos bens dos corruptos!

2) Exigir que seja investigada a fundo a relação entre Flávio Bolsonaro, grupos milicianos e a execução de Marielle Franco e Anderson Souza;

3) Repudiar a indicação do corrupto Rodrigo Maia para a presidência da Câmara, responsável pela aprovação de vários ataques contra a classe trabalhadora durante o governo Temer;

4) Fim do Foro Privilegiado;

5) Convocamos a organizar Justiça para Marielle e Anderson. 14 de março nas ruas!

(3) O Sepe se coloca contra a prisão e exílio políticos de cidadãos brasileiros: O ataque a democracia avança num ritmo acelerado e a cada momento percebemos a necessidade de lutarmos em unidade contra esses ataques e em defesa da democracia para que seja imediatamente solucionado o Caso do assassinato de Marielle Franco e



Anderson Gomes. Para que seja investigado com rapidez e seriedade as ameaças de morte contra um congressista eleito pelo voto popular. Para que a prisão política de um ex-presidente seja cancelada. Para que não chorem mais Marias e Clarices no solo desse Brasil. Temos que resistir e permanecer lutando para que nosso irmão Jean volte o quanto antes para o Brasil e que ninguém mais seja exilado, torturado e/ou preso, como aconteceu na ditadura.

Jean Wyllys deixa o Brasil que se tornou num território sob um regime de exceção, violento, vingativo e pistoleiro num ato de coragem para mesmo de longe continuar defendendo nossa Pátria mãe gentil. Luis Inácio Lula da Silva permanece como preso político porque criou condições para que a classe trabalhadora tivesse condições dignas de sobrevivência num país marcado pela desigualdade e por uma única história. Marielle é assassinada por defender os direitos que aos poucos estão sendo tirados.

Por tudo isso um Sindicato combativo e de massa não pode se furtar do debate e lutar contra o retorno da ditadura. Hoje, Temos um exilado e um preso político no Brasil. Isso não é pouca coisa. Por isso o Sepe deve:

- ⇒ Levantar a bandeira pela imediata libertação de Lula;
- ⇒ Denunciar em suas redes e materiais impressos o exílio político de Jean;
- ⇒ Exigir a imediata solução do caso de Marielle e Anderson.

A campanha Lula Livre ganhou o mundo porque significa bem mais que a revisão de um processo fraudado. Por tudo ele que representa para o país e para o mundo, a libertação de Lula será a retomada da democracia plena e do estado de direito, afrontados no golpe de 2016 num complô entre a mídia, os donos das fortunas, os interesses estrangeiros e um sistema judicial corrompido pelo poder.

Lula Livre representa a única possibilidade da retomada de um pacto social e democrático duradouro neste país; de retomar o desenvolvimento com justiça social, que é a base da estabilidade. Sua prisão foi inútil para barrar as ideias de igualdade e justiça, pois elas sobrevivem no coração de milhões. Lula Livre é a superação de uma nódoa que envergonha o Brasil.

(4) Plano unificado de lutas:

- ⇒ Que o SEPE/RJ procure unificar as lutas e as campanhas salariais da categoria, das diversas Redes, através da unificação de pautas e de uma campanha política unificada entorno do mote político “Educação, Democracia e Direitos”;
- ⇒ Pautas unitárias: Contra a Reforma da Previdência; Em defesa dos direitos e da democracia; Contra o projeto Escola sem Partido; Em defesa da gestão democrática da escola pública; combate ao assédio moral;
- ⇒ Uma ação da luta unificada seria a campanha geral, em todo o estado, de eleição de representantes de base junto ao SEPE/RJ, Núcleos e Regionais;
- ⇒ Ação - mutirão de início de ano: organizar mutirões de visitas de escolas em fevereiro e março, para dinamizar combinadamente as campanhas salariais, os conselhos de representantes, o calendário de atividades do SEPE/RJ e a Conferência Estadual de Educação do SEPE/RJ, e com reuniões e assembleias locais de preferência nas escolas das redes;

Coletivo da Educação:

- ⇒ Criar o Coletivo da Educação, para reunir estadualmente ativistas e construir / retomar debates e lutas da Educação nas áreas da Educação do Campo, da Educação Quilombola, da Educação Indígena, da Educação de Jovens e Adultos, da Educação Técnica, da Educação Inclusiva e da Educação em Sistemas Prisionais e de Privação de Liberdade / Sócio Educação, sob a coordenação da SAE do SEPE/RJ;

Combate ao projeto Escola sem Partido:

⇒ Organizar atividades descentralizadas de formação e empoderamento para o enfrentamento ao projeto Escola sem Partido e assédios correlatos;

⇒ Criação de um Coletivo do SEPE específico para reunir diretores e ativistas de base que priorizem o enfrentamento ao projeto Escola sem Partido, no sentido da defesa política e jurídica da categoria, além de coordenar o esforço geral de formação e empoderamento das bases.

Política Para Funcionári@S:

⇒ Organizar, em fevereiro, a pesquisa estadual sobre a situação d@s Funcionárias da Educação na Rede Estadual e nas Redes Municipais da base do SEPE/RJ: cargos existentes, salários, planos de carreira, cargos extintos, terceirizações e outras formas de relações precárias de trabalho;

⇒ Lançar, a partir de março, a campanha de valorização d@s Funcionári@s da Educação, em nível estadual e articulando com Núcleos e Regionais;

⇒ Eleger responsáveis concretos, da Direção, para, junto com o Coletivo, para acompanhar as demandas e lutas dos terceirizados;

Política Para Aposentad@S:

⇒ Organizar, em fevereiro, pesquisa estadual sobre a situação d@s aposentad@s em todas as redes públicas da base do SEPE/RJ;

⇒ Lançar, a partir de março, campanha de valorização e respeito aos/às aposentad@s, e contra a Reforma da Previdência;

⇒ Mutirão de fortalecimento do Coletivo de Aposentad@s, assim como lançamento de Coletivos em Núcleos e Regionais.

(5) Redes Municipais: O SEPE cumpre um papel fundamental na organização da classe trabalhadora dos municípios. Em muitos lugares é o único sindicato combativo. Os servidores da educação, a maioria dos servidores nessas redes, travam batalhas não só corporativas, mas também políticas, exigindo, por exemplo, mais transparência das contas públicas.

É importante considerar que são as Redes Municipais que mais crescem devido a própria repartição constitucional. Isso significa que o crescimento do sindicato passa pelas Redes Municipais.

O SEPE deve priorizar a luta para que os poderes executivos e legislativos reconheçam as direções locais como representantes legítimos da categoria, criando condições para uma maior inserção do sindicato nas redes municipais.

Os últimos anos foram marcados por atrasos e congelamentos salariais até completa deterioração de unidades escolares. Sem contar os sistemas de previdência. Mal administrados, falidos e sujeitos a corrupção. Atualmente muitas categorias contribuem para os Planos Previdenciários Municipais sem a garantia de que vão se aposentar.

O discurso da falta de recursos para reajuste precisa ser combatido. É preciso melhorar a comunicação com as categorias de profissionais de educação das redes municipais, mas sobretudo construir políticas que os coloquem em movimento. É chegada hora de sair da defensiva e cobrar desses governos o imediato cumprimento do Piso Nacional do Magistério.

Esse seminário deve aprovar como eixo de luta para as redes municipais:

- 1) Levantar a bandeira do imediato cumprimento do Piso Nacional do Magistério;
- 2) Implementação do 1/3;
- 3) Melhoria nas condições de trabalho e estrutura das escolas;



- 4) Plano de carreira unificado para funcionários e professores;
- 5) Concurso público.

Na atual conjuntura a luta por pautas concretas é que vai mobilizar as categorias nas redes municipais.

Para além disso o SEPE deve:

- ⇒ Investir em seminários específicos para diretores de núcleos;
- ⇒ Fortalecer sua presença nos espaços institucionais reservados à sociedade civil como Conselhos de educação, FUNDEB, etc., com o apoio do DIEESE;
- ⇒ Mapear a atual situação do SEPE junto as redes municipais e a órgãos como o MP.

(6) Política para as Redes Municipais:

⇒ Que as campanhas salariais nas redes municipais sejam instrumentos para unificar a nossa classe. Que a luta por melhores salários e condições de trabalho estejam ligadas umbilicalmente com o debate mais amplo de sociedade aos ataques que a classe de conjunto vai sofrer, em especial a reforma da previdência.

⇒ Que as redes municipais tenham como eixos o tema do reajuste salarial a ser discutido em cada rede, o 1/3 de planejamento, Plano de carreira, contra a terceirização e a precarização, 30 horas para funcionários, AEI com equiparação salarial por mesma formação com professor II, e etc.;

⇒ Fortalecer a unidade para garantia do pagamento salarial dentro do mês;

⇒ Que se articule movimentos unificados com os demais servidores municipais e no estado;

⇒ Que o Sepe construa de maneira unificada a campanha “SOS Educação” aprovada na última assembleia da rede estadual.

No Rio de Janeiro, o governo Crivella entra em seu terceiro ano de governo, articulando as bases de sua reeleição, sem responder às demandas dos/das trabalhadores/as da educação da rede municipal. Durante o ano de 2018, foram muitas as mobilizações dos educadores contra a gestão do prefeito Crivella.

Dessa forma, a rede permanece numa situação de grande precarização e defasagem salarial, além das ameaças de revisão de aposentadoria que podem atingir a diversos aposentados da educação.

Para atender às demandas do PME/PNE, sem ampliar qualitativamente o número de novos profissionais através da chamada de concursados, a prefeitura do Rio mantém a superlotação de muitas unidades escolares, reduz o tempo de disciplinas, horário básico de deslocamento dos professores que trabalham em duas unidades e diminui o horário integral.

A valorização dos funcionários é substituída pela política da terceirização, condenado à extinção a maioria dos cargos desse segmento, sem reconhecimento de formação dos cursos oferecidos pela prefeitura. Esses trabalhadores, muitas vezes recebem com meses de atraso e se reclamarem recebem ameaças de demissão.

No magistério, a prefeitura insiste em desobedecer a lei do 1/3, uma obrigação legal. Se a implementação dos centrinhos pela SME foi uma importante conquista de uma proposta emergencial do SEPE, no ano de 2019 a luta deve se pautar pela implementação correta do 1/3 de atividade extraclasse nos moldes do Conselho Nacional de Educação.

A criação do quinto cargo na Educação Infantil, traz prejuízos para ambos profissionais que nela trabalham. Com as agentes de educação infantil por não reconhecer o trabalho como mais uma atividade do magistério e professores que reduz o salário dos professores que entrarão na rede.

Somadas às lutas nacionais contra as medidas do governo Bolsonaro, a rede municipal será convocada à luta pelo SEPE nesse início de fevereiro com a realização da primeira assembleia do ano para atualizar a sua pauta de luta e construir a mobilização.

(7) O Núcleo de educação infantil do SEPE nasce a partir de algumas premissas, atrelado a luta da educação infantil da rede municipal do Rio de Janeiro:

Uma política pública em favor da infância deve ter como premissa básica o reconhecimento de uma concepção de criança como sujeito de direito - ser e ator social da história. Significa compreendê-la como um ser em desenvolvimento e formação, garantindo seu direito a uma vida digna, com saúde, educação, convivência familiar e comunitária, longe da violência, discriminação e maus tratos. E é, através da educação de qualidade, nas creches e pré-escolas que se multiplicam as oportunidades de integração: conhecimentos, valores e conceitos são construídos os através do diálogo entre as crianças e seus colegas e entre estas e os adultos. Nessa concepção surgiu a necessidade de uma plenária em 2014.

A avaliação da plenária de 2014 nos faz refletir na construção de um grupo de estudos. Para debatermos e construir prática pedagógica orientada para as crianças de 0 a 6 anos visando uma formação para cidadania e o convívio com as diferenças em relação às demais pessoas, ter acesso a formas mais interessantes de conhecer e aprender e enriquecer-se com a troca de experiências com outros indivíduos." Todas as crianças têm o direito de gozarem plenamente a infância e de se construírem como cidadãos. Aquelas que são portadoras de necessidades educacionais especiais têm um outro direito que deve ser garantido: o de serem incluídas no Sistema de Ensino.

Também colocamos no que diz respeito à formação inicial e continuada dos gestores, professores e dos demais profissionais da Educação Infantil, principalmente daqueles que atuam na modalidade creche.

A formação destes profissionais deve merecer uma atenção especial, considerando a necessidade permanente destes educadores estarem em contato com os dados das ciências relativos ao desenvolvimento infantil e aos saberes produzidos socialmente, a fim de atualizarem sua prática.

Por tudo isso avaliamos que o Núcleo de Estudos de Educação Infantil do SEPE, deve continuar a realizar suas atividades mensais, agora com o desafio de descentralizar as atividades para ir ao encontro de mais profissionais da educação. Essas reuniões descentralizadas devem ser realizadas em parceria com as regionais. Futuramente também com os núcleos.

CONJUNTURA INTERNACIONAL

(8) Resolução sobre o golpe em curso na Venezuela:

A Venezuela enfrenta dias dramáticos. Dando continuidade a uma série de golpes ocorridos nos países do continente americano que buscaram maior autonomia nacional, o imperialismo estadunidense, os setores financistas e as forças da direita ultraliberal venezuelana e dos países americanos, preparam mais um golpe visando destruir os direitos duramente conquistados pelos/as trabalhadores/as.

Não nos iludamos. O Sepe não tem dúvidas de que o golpe vai acirrar ainda mais a ofensiva liberal e conservadora, e, por isso, se posiciona contrário ao golpe e ao golpismo na Venezuela em defesa da soberania popular no país e do resultado das urnas. Golpistas, fascistas, não passarão.

(9) Em repúdio à extradição de Cesare Battisti:

Considerando:

⇒ Que no dia 12 de janeiro o governo boliviano do Evo Morales entregou Cesare Battisti à polícia italiana, ainda quando não existe acordo de extradição entre esses dois países, e foi detido em num processo sumário.



⇒ Que Cesare Battisti foi julgado à revelia e condenado a prisão perpétua pela justiça italiana, depois que um ex-companheiro do PAC (Proletários Armados pelo Comunismo) organização na qual militavam, se acolheu à delação premiada e lhe atribuiu os supostos crimes cometidos há mais de 30 anos.

⇒ Que esta foi uma condenação sem direito a defesa, sem provas confiáveis e em ausência do acusado.

⇒ Que Battisti, na época lembrada como “anos de chumbo”, procurou refúgio em vários países entre a França, México, e Brasil, onde foi detido em 2007, considerado refugiado político durante o governo petista, e extraditado pelo ilegítimo presidente de Michel Temer em 2018.

⇒ Que Battisti, declarou que desde 1978 tinha abandonado a luta armada e que teve de fugir para Bolívia, onde procurava asilo político, porém o “progressista” governo Evo Morales, não somente não lhe concedeu asilo, como o entregou de forma sumária às autoridades do direitista governo italiano que ameaça fazer cumprir a condenação de prisão perpétua.

⇒ Que independentemente dos posicionamentos ou desacordos sobre a corrente internacional de ações guerrilheiras como política estratégica e à utilização de métodos terroristas da qual foi parte Battisti, é evidente que a condenação da Battisti pelo estado repressor italiano dos “Anos de Chumbo” foi uma verdadeira fraude, visto que no processo inicial de 1979, quando Battisti foi detido, não lhe foi atribuída qualquer relação com os crimes cometidos pela sua organização, ainda que fosse condenado a 12 anos de prisão.

O Seminário de direção do SEPE repudia a atuação dos governos Bolsonaro e Morales, que se colocam a serviço da justiça de um regime que não oferece garantias de defesa, como o encabeçado pelo Ministro italiano Matteo Salvini, e repudia a extradição exigindo amplo direito de defesa para Cesare Battisti!

(10) Solidariedade com a revolta popular dos “coletes amarelos” da França:

Considerando:

⇒ Que a França foi recentemente sacudida por fortes manifestações com milhares nas ruas em todo o país contra a tentativa do governo de Macron de aumentar a gasolina;

⇒ Que os manifestantes, denominados “coletes amarelos” enfrentaram a repressão policial do governo Macron, com centenas de detidos e feridos;

⇒ Que a tentativa de aumento da gasolina é parte do ajuste capitalista que o Macron vem aplicando e que os trabalhadores e o povo da França vêm sofrendo com a piora de suas condições de vida;

⇒ Que anteriormente, Macron já tinha tentado uma reforma trabalhista contra os ferroviários e servidores públicos;

⇒ Que os manifestantes expressaram a rejeição ao governo e muitos conclamaram “a demissão de Macron” frente ao agravamento do ajuste e da repressão;

⇒ Que a revolta dos “coletes amarelos” é parte da mesma luta que protagonizam os povos do mundo contra o FMI, a dívida externa ou o ataque ao salário e as aposentadorias.

O Seminário de direção do SEPE se solidariza com esta luta e repudia os planos de ajuste e repressão do governo conservador de Macron.

(11) Repúdio ao anúncio do presidente Jair Bolsonaro de transferir a embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém:

Considerando:

⇒ Que o presidente Jair Bolsonaro (PSL) seguindo os passos do presidente norte-americano Donald Trump, declarou que o Brasil passará a reconhecer Jerusalém como capital de Israel, na contramão das resoluções da ONU (Organização das Nações Unidas);



⇒ Que Israel ocupa a parte oriental da cidade desde 1967 e a anexou em 1980, e que mantém uma política de ação militar no território palestino realizando um genocídio sistemático para ocupar a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, ocupação chancelada pelo imperialismo norte americano que já dura 70 anos;

⇒ Que o premiê israelense Benjamin Netanyahu foi um dos primeiros a parabenizar Bolsonaro pela vitória nas eleições e esteve presente em sua posse;

⇒ Que o Brasil é um dos principais importadores de equipamentos bélicos e sistemas de segurança de Israel e as relações militares entre os dois países são responsáveis não somente pela morte de milhares de palestinos que lutam por seus direitos, como também de brasileiros, sobretudo os jovens, negros e pobres, implementando um processo de criminalização dos movimentos sociais sob a mesma lógica sionista de repressão.

O Seminário de direção do SEPE repudia o anúncio do presidente Jair Bolsonaro de transferir a embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém, exigindo que o governo rompa relações com Israel. Assim como, se solidariza com a luta do povo palestino, pelo direito de autodeterminação dos povos oprimidos e pelos direitos humanos.